

# Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 13

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal lança painel de benefícios fiscais no País ..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

474 mil contestam desconto ..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
SEGURIDADE SOCIAL

Pessoas de baixa renda são alvo do cibercrime ..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

PF mira suspeito de atuar como operador de fraudes no INSS ..... 9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Servidor do INSS denunciou descontos em 2020 ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Desembolso com precatórios passará de R\$ 79 bi em 2026 ..... 12

G1 - NACIONAL - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Com envelhecimento da população, governo prevê que rombo no INSS vai quadruplicar em 75 anos ..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Pacote de propostas para restringir as bets ..... 16

FOLHA ONLINE - SP - FOLHAJUS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Frente de prefeitos apoia emenda para mudar eleição em comitê da reforma ..... 18

VALOR ONLINE - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Divergência é normal em democracias, diz Barroso ..... 19

O GLOBO - RJ - MUNDO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

À la Trump, Milei anuncia reforma imigratória ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - SUMMIT VALOR BRAZIL-USA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Investimento depende de quadro fiscal ..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Ata do Copom amplia divisão no mercado sobre ciclo de alta da Selic ..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

A trégua entre Estados Unidos e China - CELSO MING ..... 25

---

Quinta-Feira, 15 de Maio de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

O enigma Trumpeas teses do fim do mundo - NELSON NIERO ..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - SUMMIT VALOR BRAZIL-USA  
ECONOMIA

Trégua tarifária abre oportunidades para o Brasil explorar nova configuração do comércio  
..... 28

# Receita Federal lança painel de benefícios fiscais no País

Brasília - A partir desta semana, o contribuinte pode acompanhar a extensão dos benefícios fiscais aproveitados pelas empresas. A **Receita Federal** lançou o Painel de Benefícios Fiscais, que permite o cruzamento de dados sobre os R\$ 414,06 bilhões que o governo federal deixou de arrecadar de janeiro de 2024 a abril de 2025 com incentivos e isenções tributárias.

Os dados são baseados nas informações prestadas pelas próprias empresas na Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi), instituída em julho pela **Receita Federal**.

Totalmente interativo, o painel permite o acompanhamento dos benefícios fiscais por setores econômicos, empresas, número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), unidade da Federação. Os filtros também possibilitam a separação de benefícios por tributo e por tipo de incentivo.

"A nova ferramenta amplia a transparência e favorece o controle da sociedade sobre os benefícios fiscais e seus beneficiários propiciando um ambiente de maior confiança entre contribuinte e administração tributária", informou a **Receita Federal** em nota.

Até agora, a **Receita Federal** divulgava as estatísticas da Dirbi apenas na página de dados abertos, que exige ao contribuinte conhecimentos de informática para montar tabelas com base nos números brutos. Esse recurso continua a existir no site do Fisco.

A **Receita Federal** também informa os dados de benefícios fiscais por meio de relatórios de renúncias fiscais da **Receita Federal**. Os arquivos, no entanto, não têm a interatividade do novo painel eletrônico.

Obrigatoriedade - A Dirbi é obrigatória para pessoas jurídicas que usam créditos tributários decorrentes de benefícios fiscais. O documento agrupa incentivos, renúncias, benefícios e imunidades de natureza tributária.

A declaração deve ser preenchida no Centro Virtual de Atendimento da **Receita Federal** (e-CAC), com informações sobre os créditos tributários e os valores de **impostos** e contribuições que deixaram de ser recolhidos em função dos incentivos concedidos.

A declaração deve ser enviada a cada dois meses, até o 20º dia do segundo mês seguinte ao período de apuração. As empresas que fazem parte do Simples Nacional e os microempreendedores individuais (MEI) estão isentos da declaração.

Perse - Em relação ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado durante a pandemia da Covid-19 e que acabou em março, os dados publicados no painel referem-se às empresas que informaram o benefício na Dirbi, independentemente de estarem habilitadas.

O detalhamento do Perse pode ser obtido por meio dos relatórios publicados na página da **Receita Federal**. Até o fim de maio, será publicado relatório atualizado do Perse com os dados da Dirbi de março. (Agência Brasil) %

Site: <https://centraldoleitor.diariodocomercio.com.br>

## 474 mil contestam desconto

Balanço divulgado ontem pelo presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Gilberto Waller Júnior, mostra dados alarmantes sobre a quantidade de denúncias envolvendo descontos não reconhecidos em benefícios previdenciários informados no primeiro dia de notificações. Segundo ele, até o fim da tarde, 480.660 manifestações haviam sido registradas no sistema, das quais 473.940 (98,6%) declararam não reconhecer o vínculo com entidades que apareciam como responsáveis pelas descontos mensais.

Porém, a autarquia ainda fará o cruzamento dessas respostas com documentação a ser apresentada pelas entidades. "Estamos lidando com uma situação extremamente grave", afirmou Waller, durante entrevista coletiva.

"Essas pessoas alegam não ter qualquer relação com as entidades que estão realizando os descontos. Quando o vínculo é negado, o **INSS** intima automaticamente a instituição envolvida para apresentar justificativas e documentos comprobatórios em até 15 dias úteis", explicou.

Caso a entidade não comprove a legalidade do desconto, o **INSS** exigirá o reembolso imediato ao beneficiário - com atualização monetária pelo IPCA - por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

Contestações Aposentados e pensionistas que tiveram descontos indevidos em seus benefícios já podem verificar os valores e contestá-los.

A consulta pode ser feita por meio do site e aplicativo Meu **INSS**. Esses beneficiários receberam uma notificação do **INSS** e devem informar, pelo mesmo canal, se os valores foram autorizados.

Waller destacou que não há prazo para o segurado fazer a comunicação de não reconhecimento.

Por isso, quem ainda não conseguiu comunicar, por congestionamento no sistema, pode fazer a qualquer momento.

O beneficiário será informado da resposta da entidade sobre os seus descontos por meio dos canais de atendimento disponibilizados pelo **INSS** e ainda poderá contestar a decisão, dessa vez apresentando os motivos e documentos comprobatórios da discordância. Se não for possível comprovar, a associação vai receber uma Guia de Recolhimento da União (GRU) para que ela reembolse os valores

descontados indevidamente, corrigidos pela **inflação**. A entidade terá outros 15 dias para fazer esse pagamento, para que o dinheiro seja repassado ao segurado em sua conta já cadastrada para recebimento do próprio benefício.

Essa fase de coleta de informações tem o objetivo de encontrar as vítimas da fraude e fazer um diagnóstico completo dos valores que deverão ser devolvidos.

Ainda não há prazo exato para o pagamento do reembolso, que vai depender do tempo de resposta da entidade para comprovar a regularidade do desconto ou ressarcir o valor indevido, conforme destacou a advogada Juliana Pereira de Barros Toledo, do Wilton Gomes Advogados.

Somente depois desse processo será feito o pagamento dos descontos indevidos aos beneficiários prejudicados. "O processo de notificação das associações e entidades envolvidas nas fraudes já está em andamento.

Considerando a burocracia envolvida no processo, provavelmente o pagamento deve ocorrer nos próximos meses", apontou a advogada.

Judicialização De acordo com as regras publicadas no Diário Oficial da União, nos casos em que a entidade nem responder à contestação do segurado, os descontos serão presumidos como irregulares e serão adotadas "medidas judiciais cabíveis para responsabilização das entidades ou de seus sócios", conforme explicou a advogada.

Caso a entidade não pague a guia emitida pelo **INSS**, o processo será finalizado no âmbito administrativo do órgão e o beneficiário será informado sobre a possibilidade de outros meios para resolver o caso.

Neste caso, a judicialização do processo pode ocasionar uma demora ainda maior para o reembolso.

O **INSS** emitiu um alerta, ontem, sobre um perfil falso nas redes sociais para aplicar golpes em aposentados e pensionistas.

De acordo com o órgão, a página no Instagram @assistencia\_ **inss** está utilizando de forma indevida o nome, a identidade visual e informações do **INSS**, principalmente sobre a liberação de reembolso de descontos indevidos.

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/05/15/all.pdf>**

# Pessoas de baixa renda são alvo do cibercrime

» **DARCIANNE DIOGO**

Assaltos com armas em punho, com bandidos de balaclava e violência explícita estão dando lugar a uma nova era do crime, silenciosa, invisível e altamente lucrativa. As quadrilhas digitais, formadas por criminosos cada vez mais especializados, trocam o confronto direto pelas telas. Com penas brandas, retorno financeiro elevado e vítimas muitas vezes despreparadas, o cibercrime tornou-se terreno fértil para a atuação de grupos organizados. Um estudo do Instituto de Pesquisa DataSenado mostrou que pessoas com renda de até dois salários mínimos são as mais afetadas no país.

Os golpes são os mais diversos, desde o do WhatsApp clonado a falsas negociações de veículos por meio de plataformas on-line. Recentemente, bandidos aproveitaram até o escândalo de corrupção no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) para enganar idosos e pensionistas.

Para além da articulação, da especialização e das fraudes aplicadas por golpistas, o que se vê do outro lado é um cenário devastador: milhares de vítimas emocionalmente abaladas, muitas com perdas financeiras irreparáveis. É o caso de uma professora do Distrito Federal, de 51 anos, que prefere não se identificar. Ao Correio, ela relatou ter sido vítima do golpe do WhatsApp.

Em agosto, a professora recebeu uma mensagem no aplicativo como se fosse da filha dela. O perfil tinha a foto e o nome da familiar. "Ele (golpista) disse que havia acontecido um problema no celular e que não estava conseguindo entrar em contato por ele, mas que estava nesse novo número e precisava de um dinheiro", disse.

A mulher contou que, num primeiro momento, o golpista pediu R\$ 3 mil. Depois, mais R\$ 1,5 mil. "Eu acabei passando o dinheiro. Não olhei o nome do comprovante nem questioneei o valor. Quando voltei para casa foi que caiu a ficha de que tinha caído em um golpe", explicou, acrescentando que acionou a agência bancária e registrou um boletim de ocorrência, mas era tarde demais.

A pesquisa do DataSenado, realizada em 2024 e divulgada em abril deste ano, entrevistou cerca de 22

mil pessoas. O estudo revelou que os mais afetados por golpes virtuais são jovens entre 16 e 29 anos (27% das vítimas). A faixa com mais de 60 anos, considerada vulnerável por ter migrado para uma realidade totalmente nova, digital, já na idade adulta, representa 16% delas. No grupo de pessoas mais velhas, os criminosos escolhem quais golpes vão aplicar. Entre eles, a clonagem de cartão, golpe do Pix, central de banco fictícia, até a captura de dados por telefone e pela internet.

Escritório do crime

Investigações da Polícia Civil do DF revelam que, em boa parte dos casos, as quadrilhas são de outros estados e montam verdadeiros "escritórios cibernéticos", com horário de funcionamento e computadores, demonstrando um alto nível de organização.

O delegado Erick Sallum, da 6ª Delegacia de Polícia (Paranoá), destacou que

os golpistas são, por vezes, jovens com alto conhecimento em softwares. "Por mais de uma vez, quando fomos cumprir mandados de busca, encontramos um verdadeiro escritório, com computadores e telefones, onde o grupo passa o dia inteiro em busca de vítimas."

O investigador faz uma comparação entre os crimes patrimoniais, como furtos e roubos, com os de fraude eletrônica. "Um assaltante que vai a uma parada de ônibus com um canivete e rouba um celular de R\$ 5 a R\$ 6 mil vai conseguir revendê-lo por, no máximo, R\$ 2 mil. No caso dos golpes digitais, quando encontram as vítimas certas, os golpistas tiram R\$ 100, R\$ 200 mil", assinalou.

Os casos de estelionato virtual dispararam entre 2019 e 2020, impulsionados pelo avanço da pandemia de covid-19 e pela digitalização forçada das relações sociais e financeiras no Brasil, afirmou o delegado.

Segundo Sallum, foi nesse período de isolamento social que criminosos se aproveitaram não só da situação financeira, mas também da vulnerabilidade emocional. O delegado ressaltou que, na maioria dos casos, os criminosos optam por vítimas idosas e, de preferência, com alto poder aquisitivo.

## Conscientização

3

O Correio conversou com Jesaias Arruda, vice-presidente Associação Brasileira de Internet (Abranet), sobre o aumento na sofisticação dos ataques cibernéticos e sobre o papel das empresas associadas à entidade em ações de conscientização e na prevenção e combate a crimes cibernéticos. Segundo ele, relatórios indicam que o Brasil registrou mais de 700 milhões de ataques cibernéticos em um período de 12 meses, colocando o país em

segundo lugar no ranking mundial de incidência desses ataques.

O vice-diretor explica que as empresas associadas à Abranet participam de iniciativas como o Acordo de Cooperação Técnica com a Polícia Federal, que visa unir esforços na prevenção a fraudes e combate a outros crimes financeiros no ambiente digital. "Promovemos ações de conscientização sobre segurança digital para empresas e usuários. Realizamos alertas de segurança, como no caso do novo recurso "Comunidades" do WhatsApp, orientando os usuários sobre os riscos associados", afirmou.

Arruda defende medidas para aprimorar a investigação e a repressão a crimes cibernéticos no Brasil, incluindo o alinhamento da Política Nacional de Segurança Cibernética com órgãos e normas existentes, especialmente as relacionadas à proteção de dados.

### Quatro perguntas para

RAÍSSA VARRASQUIM pAVoN, advogada do escritório Ernesto Borges Advogados, especialista em direito digital e proteção de dados

Podemos dizer que os criminosos estão migrando dos crimes patrimoniais para os cibernéticos? Por quê?

Sim, há uma migração clara de criminosos de crimes patrimoniais para os cibernéticos, impulsionada principalmente pelo alto lucro com baixo risco: fraudes digitais como phishing, ran-somware e golpes bancários rendem grandes valores com pouca exposição física, graças ao anonimato da internet, uso de VPNs e criptografia. O fator financeiro é central, mas a facilidade tecnológica e a dificuldade de rastreamento também pesam muito.

Percebemos que há uma dificuldade na investigação policial, uma vez que esse tipo de criminoso pode usar sites hospedados em outros países. O que pode dizer sobre isso?

As investigações de crimes cibernéticos apresentam desafios importantes, mas também oportunidades para avanço e modernização das forças policiais. A atuação internacional, embora complexa, incentiva o fortalecimento de parcerias globais e a criação de acordos mais eficazes. O uso de tecnologias como VPNs, criptomoedas e identidades virtuais exige da polícia maior especialização, estimulando investimentos em capacitação e ferramentas de ponta. O crescimento dos crimes digitais, por sua vez, destaca a necessidade de modernização contínua das estruturas investigativas, o que pode resultar em forças mais preparadas, integradas e eficientes no combate a esse tipo de criminalidade.

### Como facilitar as investigações?

O enfrentamento aos crimes cibernéticos exige medidas estruturadas e coordenadas. É imprescindível o investimento contínuo em capacitação técnica e tecnológica, bem como a criação e o fortalecimento de centros especializados, com equipes multidisciplinares e acesso a ferramentas forenses avançadas. A integração entre os setores público e privado, com o compartilhamento em tempo real de informações entre instituições financeiras, empresas de tecnologia e órgãos de investigação, é fundamental para o rastreamento de recursos ilícitos. No âmbito internacional, a adesão efetiva a convenções, como a de Budapeste, e a participação em operações conjuntas sob coordenação de entidades como Interpol e EC3 (European Cybercrime Centre), são indispensáveis para uma cooperação sistêmica e eficiente no combate a esse tipo de criminalidade.

Estelionato é um crime de baixa pena. Por vezes, criminosos não ficam presos. Quais os gargalos? Legislação fraca?

No Brasil, a punição do estelionato cibernético enfrenta obstáculos significativos, como a limitação da legislação prevista no artigo 171 do Código Penal, cuja pena de 1 a 5 anos frequentemente resulta em medidas alternativas, especialmente em casos considerados de menor gravidade. A complexidade na obtenção de provas técnicas, aliada à escassez de recursos nas esferas policial e judicial, contribui para atrasos processuais e, em muitos casos, para a prescrição dos crimes. Embora a Lei 14.155/2021 tenha representado um avanço, a ausência de tipificações mais específicas para fraudes digitais e a sobrecarga do sistema de Justiça dificultam a aplicação de sanções mais rigorosas, evidenciando a necessidade de legislação mais adequada e de maior estrutura investigativa.

**Site:**

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2025/05/15/all.pdf>

# PF mira suspeito de atuar como operador de fraudes no INSS

**RAYSSA MOTTA FAUSTO MACEDO**

Em nova fase da Operação Sem Desconto, que investiga suspeita de fraudes em descontos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), a Polícia Federal cumpriu, ontem, mandados de busca e apreensão em Presidente Prudente (SP). O alvo desta etapa é Cícero Marcelino de Souza Santos, suspeito de atuar como operador financeiro da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), entidade investigada que recebeu mais de R\$ 100 milhões do **INSS**.

Uma das suspeitas dos investigadores é a de que Cícero Marcelino teria comprado veículos de alto valor com recursos oriundos das fraudes. A mulher dele, Ingrid Pikinskeni Morais Santos, também foi alvo da operação. O Estadão procurou a defesa do casal, mas não houve resposta.

A PF identificou que o presidente da Conafer, Carlos Roberto Ferreira Lopes, transferiu mais de R\$ 800 mil para Cícero Marcelino e Ingrid por meio de empresas ligadas ao casal. Parte dos recursos foi repassada de volta para Lopes.

Para a PF, o fluxo "irregular" de recursos "sugere possível ciclo de lavagem de dinheiro".

"Esse comportamento, somado às ligações com associações de aposentados envolvidas em fraudes, reforça as suspeitas de desvios de dinheiro." Como mostrou o Estadão, entre 2019 e 2024, a Conafer registrou crescimento de mais de 790 vezes nos descontos de aposentados e pensionistas do **INSS**. O valor no período atingiu R\$ 688 milhões. Na ocasião, a entidade disse que promove "uma extensa agenda de ações, programas e serviços em todas as regiões do País".

**MOVIMENTAÇÕES.** Cícero Marcelino também fez repasses a José Laudenor da Silva, que consta como sócio em duas empresas do ex-ministro do Trabalho e Previdência José Carlos Oliveira (governo Bolsonaro).

Conforme a PF, as transferências levantaram suspeita de que Laudenor possa ser "laranja", uma vez que trabalha como auxiliar administrativo com salário de R\$ 1,5 mil. "Tais transações sugeriram a utilização de

contas para movimentar recursos de terceiros e/ou atividades não declaradas, caracterizando possíveis indícios de burla/fracionamento e lavagem de dinheiro." O ex-ministro José Carlos Oliveira, que mudou de nome e hoje se apresenta como Ahmed Mohamad Oliveira Andrade, afirmou que "não é citado como investigado e seu nome aparece de maneira secundária".

A reportagem não localizou nenhum representante de José Laudenor da Silva

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Servidor do INSS denunciou descontos em 2020

**BERNARDO LIMA**

Um funcionário da direção do **INSS** procurou a Polícia Federal em setembro de 2020 para denunciar descontos irregulares em aposentadorias e pensões pagas pelo órgão, revelou ontem o Jornal Nacional. Os descontos foram alvo de operação da PF em 23 de abril e provocaram uma crise no governo que levou à demissão do então ministro da Previdência, Carlos Lupi.

O funcionário atuava na área que analisa os descontos e procurou a PF em setembro de 2020, depois de ameaças de morte. Ele disse que a Diretoria de Benefícios estava cortando acordos de cooperação técnica que previam os descontos e houve ameaças de morte após sua área suspender um dos contratos.

-Alguns servidores receberam ameaças, isso foi falado lá dentro -afirmou.

Em depoimento, o servidor disse que em 2020 houve um aumento repentino e anormal de filiados a uma associação na comparação com outras.

Uma outra investigação foi aberta, também em 2020, pela Polícia Civil do Distrito Federal, após denúncias de segurados. Mas em 2021, a Justiça decidiu que a competência para investigar era mesmo da PF, que abriu uma investigação encerrada em 2024 sem qualquer indiciamento, de acordo comoJN.

## RESSARCIMENTO

O **INSS** informou ontem que, até as 16h, recebeu 480.660 respostas de aposentados e pensionistas que

tiveram descontos em seus benefícios. Desse total, 473.940 informaram não reconhecer o vínculo com a organização associativa, o que corresponde a 98,6% dos requerentes, de acordo com o presidente do **INSS**, Gilberto Waller Júnior, que deu uma entrevista coletiva ao lado do presidente da Dataprev, Rodrigo Assunção.

Os demais 6.720 reconhe-

ceram o vínculo.

Dessa forma, 473.940 pediram devolução dos

recursos. As solicitações de reembolso começaram ontem, mas o governo não informou o valor contestado.

Inicialmente, o **INSS** disse que foram 480.660 pedidos para reembolso, mas depois corrigiu essa informação.

-Isso é um dado muito inferior daqueles (de) curiosos

que adentraram no sistema para consultar, para ver se estava funcionando - disse Waller Júnior. - Curiosos, não acessem o sistema, vai dificultar ainda mais.

Como 9 milhões de pessoas tiveram algum tipo de desconto associativo entre 2020 e 2025, até agora os pedidos de devolução são 5,2% do total. O **INSS** estima que cerca de 4 milhões de pessoas fo-

ram vítimas de fraudes.

A notificação foi feita exclusivamente pelo aplicativo Meu **INSS** ou sob consulta no telefone 135.

-Estamos encaminhando para 41 entidades, para que em 15 dias úteis informem a comprovação de vínculo ou realizem pagamento. Esse prazo não é para o cidadão requerer, é para entidade e associação juntarem a documentação ou pagamento. Esse pagamento vai para a folha do Tesouro, e o **INSS** vai ressarcir em folha, na conta que recebe o benefício - disse Waller Júnior.

O **INSS** tem reforçado que o fato de 9 milhões de pessoas terem sido notificadas não significa que todas tenham sofrido descontos ilegais.

A estatal Dataprev informou que ontem houve 8 milhões de acessos ao Meu **INSS**. Na área do desconto.

foram 1,6 milhão de acessos.

-Beneficiários que não tiveram descontos nesse período, mas que hoje acessaram essa área, foram 700 mil - disse Assunção, que admitiu ter havido instabilidade no sistema pela manhã.

Waller Júnior reforçou que a única forma de pedir o ressarcimento é pelo aplicativo do **INSS**, a Central 135 ou o site da Previdência. E disse que o **INSS** está

monitorando se será necessário abrir outros canais.

## CONTATO DIFÍCIL

Entre 10h e 15h, O GLOBO ligou para a central telefônica 21 vezes, sem sucesso. Em 12 delas, a linha estava ocupada; em nove, uma mensagem informou que a central não estava disponível no momento. Segundo o **INSS**, a Central 135 funciona de segunda a sábado, das 7h às 22h. O próprio órgão orienta que, para um "atendimento mais rápido", as ligações sejam feitas após as 16h ou aos sábados.

Neste momento, o **INSS** não está informando ao beneficiário o valor total descontado. Segundo Assunção, o objetivo é simplificar:

-Nesse primeiro momento se optou, de maneira bem simples, por apresentar a informação mais básica possível. "Você foi descontado, reconhece ou não?"

Sobre a possibilidade de uso de recursos públicos para o ressarcimento, o presidente do **INSS** disse que ainda será preciso definir qual será o total do reembolso:

- O que a gente tem a garantia é que todos serão ressarcidos no menor tempo possível. (Colaborou Roberto Malfacini, estagiário, sob a supervisão de Danielle Nogueira)

Como contestar os descontos?

Para confirmar se o desconto associativo identificado em seu benefício foi autorizado ou não, acesse a página inicial do aplicativo Meu **INSS** e clique no serviço "Consultar

Descontos de Entidades Associativas".

Em seguida, você será direcionado para uma aba onde constará o nome da entidade, além das opções para informar se autorizou ou não o débito. Caso não tenha autorizado o desconto, selecione a opção "Não autorizei o desconto".

Ao clicar na opção de que não autorizou o desconto, será exibida uma mensagem informando que o pedido foi realizado com sucesso e que a entidade associativa terá até 15 dias úteis para responderá contestação.

Agora, basta acompanhar a resposta pelos canais de atendimento do **INSS** -Meu **INSS** (site e aplicativo) ou pelo telefone 135.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Desembolso com precatórios passará de R\$ 79 bi em 2026

**Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta De Brasília**

A União terá de desembolsar cerca de R\$ 793 bilhões com precatórios em 2026, segundo dados do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) divulgados na quarta-feira (14) referentes a precatórios expedidos contra o governo federal até o início de abril deste ano.

O valor ainda não leva em consideração as requisições de pequeno valor (RPVs), número que será conhecido somente ao fim deste mês. Além de R\$ 69,6 bilhões de precatórios expedidos pela Justiça brasileira contra a União, somam-se à conta precatórios relativos a parcelamentos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Funclef) que já estavam programados para pagamento no próximo ano.

A título de comparação, o total a ser pago há um ano, somando os precatórios que haviam sido expedidos e os parcelados do Fundef, chegava a R\$ 67,5 bilhões (sem correção pelo IPCA).

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, explicou que há uma tendência de que, somando RPVs e sentenças contra estatais dependentes, o valor total para pagamento de sentenças judiciais pela União fique próximo no ano que vem aos R\$ 116 bilhões previstos no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias enviado ao Congresso Nacional há um mês. Para este ano, o total a ser pago está na ordem de R\$ 102,7 bilhões.

O valor expedido em precatórios para 2026 é inferior quando comparado ao que foi expedido em 2024 para este ano, quando foi de R\$ 74,9 bilhões-valores já atualizados pelo IPCA. Mas quando há um olhar para a quantidade de precatórios expedidos, há um aumento de 164 mil precatórios expedidos para o ano que vem, ante 155,6 mil no ano passado para 2025.

Os precatórios são a maior fonte de preocupação fiscal do governo Lula, já que esse gasto tem subido constantemente há alguns anos e, como é uma despesa obrigatória, comprime as discricionárias, como investimentos e custeio. Além disso, 2026 é o último ano no qual o Executivo poderá contar com a licença (waiver) dada pelo Supremo Tribunal Federal

(STF) em 2023, que permitiu a exclusão de mais da metade de sentenças judiciais dos limites de gasto e da meta de resultado primário.

A partir de 2027, tudo voltará a ser contabilizado dentro dos limites fiscais. Conforme mostrou o Valor no início de abril, o governo já debate soluções e não está descartado voltar ao STF para pedir mais prazo. As discussões elevem se intensificar a partir de junho, segundo o secretário-executivo.

Guimarães disse que o Planejamento não tem, ainda, uma posição para esclarecer a questão, mas que tudo precisa estar alinhado até a formulação do PLDO 2027. Ele defendeu somente que o ideal é antecipar a regra de expedição de precatórios- hoje, a União é informada somente ao fim de abril pelo Judiciário. Com uma nova regra, na visão do secretário, o ideal seria que o governo fosse informado no final de janeiro para já elaborar a PLDO com os números exatos.

Dessa forma, a meta fiscal seria estabelecida ano a ano considerando, principalmente, o montante exato de precatórios. Assim, no caso de uma surpresa negativa, o governo incluiria no cálculo da meta aquele valor adicional. Já no caso de uma surpresa positiva, a meta seria apertada.

Ele foi questionado se é possível que a solução para 2027 saia somente após as eleições presidenciais do ano que vem, como defendem integrantes do governo Lula, mas foi enfático ao negar. "A gente [Planejamento] não vai deixar. A responsabilidade é nossa, quem faz o PLDO é a gente", respondeu.

Segundo os dados do MPO, dos precatórios do próximo ano, os que correspondem a decisões do STF equivalem a R\$ 672 milhões. Já os expedidos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) totalizam R\$ 320,7 milhões.

A Justiça Federal, por sua vez, expediu precatórios no total de R\$ 64,3 bilhões, enquanto a Justiça estadual é responsável por R\$ 3,1 bilhões. Há somente quatro precatórios superiores a R\$ 1 bilhão. A maior fatia corresponde a sentenças inferiores a R\$ 1 milhão - 46,5% do total.

Na visão de Manoel Tavares, ex-procurador da PGFN e head of litigation da gestora de alternativos global

Siguler Guff, o governo não pode voltar a postergar o pagamento de precatórios, como fez a gestão Paulo Guedes durante o governo do presidente Jair Bolsonaro. "O pagamento tempestivo de precatórios é o mínimo que se espera de um país que respeita as decisões judiciais e essa também é uma expectativa do investidor estrangeiro", comentou.

"A solução atual, construída pelo STF na ADI, tem se mostrado sábia e comprova que é possível conciliar responsabilidade fiscal com segurança jurídica. Tomá-la definitiva ou classificar os precatórios como despesa financeira são caminhos viáveis para enfrentar esse tema de forma estruturada - sem calote e sem pânico fiscal", falou.

Para Jeferson Bittencourt, head de Macroeconomia do ASA, a confirmação de que a conta de precatórios deverá ficar nos R\$ 116 bilhões estimados pelo governo no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) "não dá conforto, apenas evita um desconforto adicional". Porém, não é boa notícia.

O estoque não pode ser reduzido no curto prazo, na sua visão. Mas o governo poderia, por exemplo, fazer transações.

"Se o Estado brasileiro não fizesse tantas coisas, não estaria tão exposto a ter de pagar precatórios", acrescentou. Um exemplo recente, disse, é o fato de haver autorizado o **INSS** a intermediar descontos para associações.

Bittencourt frisou também que o fim do waiver que permite ao governo deixar de fora das regras fiscais parte dos precatórios, previsto para 2027, não é o que determina a inviabilidade do arcabouço fiscal. O estrangulamento vem do avanço das despesas obrigatórias, disse.

"Se o Estado não fizesse tantas coisas, não estaria tão exposto a precatórios" Jeferson Bittencourt

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188195?page=22&section=1>**

# Com envelhecimento da população, governo prevê que rombo no INSS vai quadruplicar em 75 anos

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

O **INSS**, foco de uma nova crise política por descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas, preocupa economistas e a equipe econômica por outro motivo: sua sustentabilidade nas próximas décadas.

Estimativas do governo que constam no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, enviado pelo governo ao Legislativo em abril, mostram que o rombo do **INSS**, sistema público que atende aos trabalhadores do setor privado, irá mais do que quadruplicar nos próximos 75 anos.

A explicação para o forte crescimento do déficit do **INSS** é o envelhecimento da população brasileira, aliado à queda no número de nascimentos.

Segundo as estimativas do governo, o aumento no rombo previdenciário, estimado pelo governo, acontecerá apesar da reforma da **Previdência Social** feita em 2019 no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro.

Estimativas do governo que constam no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, enviado pelo governo ao Legislativo em abril, mostram que o rombo do **INSS**, sistema público que atende aos trabalhadores do setor privado, irá mais do que quadruplicar nos próximos 75 anos.

??A explicação para o forte crescimento do déficit do **INSS** é o envelhecimento da população brasileira, aliado à queda no número de nascimentos.

No sistema de repartição, usado no Brasil, as contribuições dos trabalhadores ativos são utilizadas para pagar os benefícios dos aposentados e pensionistas, sem a formação de um fundo separado para cada segurado.

Por isso, o quadro se complicará no futuro com um menor número de trabalhadores ativos para financiar um contingente maior de aposentados - gerando um rombo crescente com o avançar dos anos.

Segundo as estimativas do governo:

O aumento no rombo previdenciário, estimado pelo governo, acontecerá apesar da reforma da **Previdência Social** feita em 2019 no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro.

Analistas já tinham avaliado, no ano passado, que a queda dos nascimentos no país, aliado à política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de conceder reajustes acima da **inflação** ao salário mínimo pressionará ainda mais o déficit previdenciário no país nos próximos anos.

Em entrevista ao g1 e à TV Globo, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo, avaliou que **Previdência Social** é uma bomba que não vai parar de explodir .

De acordo com Rogério Nagamine, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as projeções da proposta para a LDO de 2026, do governo federal, mostram que as contas do **INSS** não são sustentáveis com o passar do tempo.

Segundo ele, uma nova reforma da Previdência deveria envolver:

Para o economista Arnaldo Lima, responsável pelas Relações Institucionais da Polo Capital, equilibrar as contas públicas, em especial, as da previdência, é um desafio nacional e não apenas do governo federal.

Ele avaliou que é indispensável fazer o quanto antes uma nova reforma da previdência. Ele citou a necessidade de levar adiante as seguintes alterações:

Por fim, afirmou ele, é preciso reduzir a judicialização, sobretudo da aposentadoria especial e do Auxílio-Acidente - onde mais de 90% da concessão se dá por vias judiciais, o que aumenta substancialmente o gasto com precatórios previdenciários (que somam mais de R\$ 27 bilhões por ano).

**Site:**

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/05/15/com->

***envelhecimento-da-populacao-governo-preve-que-rombo-no-inss-vai-quadruplicar-em-75-anos.ghtml***

# Pacote de propostas para restringir as bets

» **WAL LIMA**

Em meio ao debate sobre os impactos das apostas esportivas on-line no Brasil, um grupo de sete parlamentares apresentou, ontem, um pacote de medidas voltado à regulação mais rígida das chamadas bets.

Ao todo, são quatro projetos de lei e uma indicação ao Ministério da Saúde, com o objetivo de endurecer regras sobre publicidade, proteger grupos vulneráveis, evitar conflitos de interesse no setor e propor ações de prevenção ao vício em jogos - problema que vem se agravando com a expansão desenfreada das plataformas de apostas esportivas.

"Não podemos assistir passivamente à explosão desse mercado, enquanto adolescentes são alvos diretos da publicidade e famílias enfrentam crises financeiras e psicológicas causadas pelo vício", ressalta o grupo de parlamentares, integrante do Gabinete Compartilhado do Congresso Nacional.

Entre as propostas, estão o limite para apostas de grupos de risco, como pessoas com baixa renda, endividados ou em situação judicial delicada; a restrição à publicidade das casas de apostas, principalmente voltada a menores de 18 anos; a criação de uma poupança obrigatória, com 25% dos valores apostados indo direto para uma conta em nome do próprio apostador; e a proibição de **servidores públicos** com cargos de chefia de se tornarem sócios de empresas do setor de apostas, evitando conflitos de interesse e favorecimentos ilegais.

Ministério da Saúde Além disso, foi encaminhada uma indicação ao Ministério da Saúde propondo a criação de programas específicos no Sistema Único de Saúde (SUS) para prevenção e tratamento do vício em jogos, reconhecido pela Organização Mundial da Saúde como transtorno mental grave.

"Com o crescimento das bets e outros jogos on-line, a população brasileira está cada vez mais exposta a esse risco", enfatizou a deputada Duda Salabert (PDT-MG) ao Correio. "O SUS precisa estar preparado, com políticas públicas específicas para prevenção, diagnóstico e tratamento.

Mas não basta tratar: precisamos agir antes que o transtorno se torne uma epidemia silenciosa no país. Essa é uma questão de saúde pública." A deputada

Tabata Amaral (PSB-SP) ressaltou que a proposta de criação de uma poupança compulsória para apostadores tem cunho pedagógico.

"Se, ao apostar, ele for obrigado a poupar, vai perceber, com o tempo, que guardou mais dinheiro do que ganhou com as apostas, no fim das contas", disse. "E há, ainda, um efeito indireto sobre o grau de endividamento das famílias. Por exemplo: a pessoa decide usar R\$ 100 para jogar, mas desse montante, 25 vai para a poupança.

Ou seja, parte dos recursos estarão assegurados, e a família poderá contar com esse valor, tendo ou não ganhado a aposta."

Quatro perguntas para

Duda Salabert (PDT-MG), deputada

O que deflagrou a elaboração desse pacote de iniciativas legislativas para restringir as apostas on-line?

Essas propostas vêm sendo construídas há meses por nossa equipe técnica, em diálogo com os demais mandatos do gabinete compartilhado. Todos nós temos recebido relatos preocupantes: famílias se endividando, jovens adoecendo, vidas sendo destruídas pelo vício em apostas eletrônicas. Nosso compromisso é com a proteção social e com a redução dos danos causados por essa nova forma de exploração.

Qual é a chance de aprovar o projeto que proíbe a publicidade de uma atividade que movimenta milhões?

Diziam que seria impossível restringir a publicidade do cigarro, e hoje ela é amplamente proibida. À época, o marketing das empresas de tabaco também movia milhões, patrocinando artistas, eventos e filmes.

Com as bets, vivemos situação semelhante. Se teremos chance ou não, é secundário. O importante é não desistir antes mesmo de tentar. Meus eleitores não me elegeram para que eu recuasse diante das pautas que considero urgentes e justas.

Qual será a limitação às apostas feitas por pessoas em situação de risco e outras vulneráveis?

O projeto possibilita restrições de apostas com base em critérios de vulnerabilidades socioeconômicas,

como pessoas inscritas em programas sociais e maiores de 80 anos. No entanto, essas restrições serão definidas em regulamento, a critério do Poder Executivo. Nosso objetivo é garantir maior segurança jurídica, elencando as medidas que podem ser adotadas, como a possibilidade de limitações de transferências mensais para as plataformas, até medidas mais graves, como a vedação total de apostas por essas pessoas. Ou seja, através desse projeto conseguimos impulsionar o Poder Executivo a propor políticas públicas baseadas em evidências diante de uma atividade de alto risco social, econômico e de saúde pública, como são os jogos eletrônicos e apostas on-line.

Qual é o teor da indicação enviada ao Ministério da Saúde que propõe a criação de programas específicos no SUS?

A ludopatia, ou transtorno do jogo patológico, é reconhecida pela OMS como condição médica desde 1980. Com o crescimento das bets e outros jogos on-line, a população brasileira está cada vez mais exposta a esse risco. Por isso, sugerimos que sejam realizados programas específicos para treinamento de equipes do SUS, assim como parcerias com governos locais para tratamento e prevenção de doenças relacionadas ao vício em jogos e apostas. O SUS precisa estar preparado, com políticas públicas específicas para prevenção, diagnóstico e tratamento.

Mas não basta tratar: precisamos agir antes que o transtorno se torne uma epidemia silenciosa no país. Essa é uma questão de saúde pública.

As propostas

» PL 2.269/2025 Veda a publicidade comercial de apostas e produtos similares, exceto em canais controlados pelos próprios operadores, e apenas se acompanhada de mensagens de alerta e restrições, como a proibição para menores de 18 anos. A proposta também tramita no Senado como PL 3719/2024, protocolado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE).

PL 2.278/2025 (também PL 3.718/2024 no Senado) Limita as apostas feitas por pessoas em situação de risco, como as inscritas no CadÚnico e as negativadas.

» PL 2.280/2025 Estabelece uma poupança compulsória, obrigando que 25% dos valores apostados sejam destinados a uma conta poupança no nome do apostador, incentivando o hábito de poupar.

» PL 2279/2025 Impede que servidores públicos

com cargos de direção, assessoramento ou competência regulatória participem de empresas de apostas, prevenindo favorecimentos e uso de informações privilegiadas.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/05/15/all.pdf>**

# Frente de prefeitos apoia emenda para mudar eleição em comitê da reforma

**Eduardo Cucolo**

A FNP (Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos) defende a aprovação de uma emenda para alterar o processo de escolha dos representantes dos municípios no Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS, órgão que vai gerir o imposto sobre bens e serviços criado pela reforma tributária.

A frente diz apoiar uma emenda de autoria do senador Otto Alencar (PSD-BA) ao segundo projeto de regulamentação da reforma (PLP 108/2024) que propõe alterações nesse processo eleitoral.

A legislação atual (LC 214/2025) determina que haverá uma eleição para escolha de uma chapa com 14 nomes, com base nos votos de cada prefeito, e outra para escolha de um grupo de 13 representantes, com votos ponderados pelas respectivas populações.

A emenda altera essa lei e determina a realização de apenas uma votação, garantindo que as primeiras 14 cadeiras fiquem com a CNM (Confederação Nacional dos Municípios) e as outras 13 com uma chapa de representantes da FNP. Diz também que os municípios comporão uma única chapa, não podendo constar da outra.

A CNM reúne a maioria dos prefeitos, incluindo algumas capitais, o que garante, pela legislação atual, a vitória na escolha dos 14 primeiros indicados. Também diz reunir o apoio de municípios que representam mais de 80% da população, incluindo 22 capitais, o que lhe daria as outras 13 indicações, caso as regras sejam mantidas.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

O Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), criado pela reforma tributária, será instalado nesta sexta (16) sem a participação de representantes do Poder Executivo municipal, que travam uma disputa em torno da eleição de seus indicados.

Os estados avaliam recorrer ao Judiciário para garantir que seus representantes no conselho possam

eleger um presidente e cobrar recursos do Ministério da Fazenda para o funcionamento da instituição e o desenvolvimento do novo sistema de arrecadação.

Na justificativa da emenda, o senador diz que a delegação expressa da responsabilidade de apresentar chapas para grupos distintos de representantes a entidades específicas "introduz um elemento de ordem e previsibilidade no processo eleitoral".

"Isso também reduz a margem para ambiguidades e potenciais conflitos decorrentes da apresentação de múltiplas chapas por diferentes associações para o mesmo conjunto de vagas, tornando o procedimento mais direto e compreensível para os entes federativos diante das notícias de que há impasse entre as duas entidades a respeito do regulamento eleitoral."

Segundo Alencar, dessa forma, "todos os municípios terão a oportunidade de participar do processo eleitoral, tanto para votar quanto para serem votados". A CNM é contra mudar a legislação.

Ele também sugere substituir as pessoas físicas pelos próprios municípios como indicados ao conselho. O mesmo se aplicaria aos representantes dos estados. Com isso, o governador ou prefeito poderá substituir seu indicado sem ceder o lugar ao suplente, que será de outra localidade, no caso dos municípios.

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2025/05/frente-de-prefeitos-apoia-emenda-para-mudar-eleicao-em-comite-da-reforma.shtml>

# Divergência é normal em democracias, diz Barroso

*Por Davi Vittorazzi e Tiago Angelo - De Brasília*

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, disse que insegurança jurídica no Brasil é "lenda" e que, apesar das divergências entre a Corte e o Congresso, os Poderes não estão em desarmonia. Barroso participou ontem do "Summit Valor Brazil-USA", em Nova York.

"O que existe no Brasil são algumas áreas de litigiosidade, especialmente tributária, trabalhista e de saúde", destacou o ministro ao afirmar que há nos Estados Unidos tantos processos quanto o Brasil e ainda assim não há uma avaliação de que há insegurança jurídica naquele país. O painel foi mediado pela jornalista Vera Magalhães.

Barroso afirmou que, com a **reforma tributária** e a simplificação dos sistemas que possam diminuir a litigiosidade trabalhista, podem ser encontradas respostas para melhorar os sinais de que o país não tem insegurança jurídica. "Litigiosidade não é sinônimo de insegurança jurídica", completou.

Sobre a atuação do Judiciário em variados temas, frisou que a Constituição deu muitas competências ao STF e que, por isso, a Corte julga tantos assuntos. O ministro lembrou que em grande parte das ações, mesmo recebendo críticas da classe política, são os próprios partidos que acionam o STF. O ministro pontuou que, em um panorama, o Supremo lida bem com os assuntos que é provocado e que alguns temas são mais polêmicos, como o caso do orçamento público. Na Corte, um caso recente é o conjunto de ações relacionadas às emendas parlamentares, relatadas pelo ministro Flávio Dino.

Questionado sobre eventual desarmonia entre os Poderes, relacionado ao Congresso e ao STF, Barroso disse não haver crise entre as instituições e que divergências de pensamentos são normais. "A característica da democracia não é consenso. A característica comum da democracia é a absorção institucional da divergência", disse.

Entre as divergências em questão, estão as relacionadas à decisão da Câmara de sustar ação penal contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) e que foi limitada a dois dos cinco crimes pela Primeira Turma da Corte. O presidente da Câmara, Hugo Motta

(Republicanos-PB), busca reverter a medida com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. O caso irá ao plenário do STF.

Barroso ainda destacou que o mundo passou por um período de populismo extremo - "e o Supremo paga o preço de ter sido a linha de frente dessa resistência" no Brasil - e disse que as instituições democráticas resistiram e garantem estabilidade para os negócios. "Estabilidade institucional faz do Brasil um dos países mais seguros para investimentos", frisou.

Por fim, o ministro afirmou que a inteligência artificial e as novas tecnologias são novos desafios para as instituições e a sociedade.

#### **Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP

Divergência é normal em democracias, diz Barroso

**Site:** <https://valor.globo.com/brasil/summit-brazil-usa/noticia/2025/05/15/divergencia-e-normal-em-democracias-diz-barroso.ghtml>

# À la Trump, Milei anuncia reforma imigratória

O governo de Javier Milei anunciou ontem uma reforma migratória que endurecerá os requisitos para obter a cidadania no país, além de medidas para facilitar a expulsão de estrangeiros que cometem crimes na Argentina. As mudanças serão feitas por decreto, segundo nota divulgada pela Presidência da República.

"A Argentina, desde suas origens, sempre foi um país aberto ao mundo. No entanto, isso não pode implicar que os contribuintes devam sofrer as consequências de estrangeiros que chegam unicamente para usar e abusar de recursos que não são seus", diz parte do texto divulgado pelo Gabinete do presidente na rede X.

## NOVOS CRITÉRIOS

A reforma prevê a rejeição de entrada a qualquer pessoa condenada na Justiça; expulsão imediata daqueles flagrados em entradas não autorizadas no país e de quem mentir durante a admissão em território nacional; a deportação de qualquer estrangeiro condenado por qualquer crime; a diminuição dos prazos para os recursos antideportação; e a exigência de seguro médico a quem entrar na Argentina como turista.

Também estão previstos o pagamento dos serviços de saúde por imigrantes irregulares e residentes temporários e transitórios; cobrança de serviços educacionais por universidades nacionais a estudantes estrangeiros, se elas assim desejarem; o endurecimento dos requisitos para obtenção de residência e cidadania; e o veto à cidadania aos que permanecerem irregularmente.

O encarregado de fazer o anúncio foi o porta-voz da Presidência, Manuel Adomi.

- Em algum momento, as coisas saíram do curso e, já há algum tempo, temos regulamentações que incentivam o caos e o abuso contra aqueles que estão longe de vir para cá honestamente para construir um futuro próspero. Hoje, quase qualquer pessoa pode entrar, sem muitas perguntas, e as condições para deportação são flexíveis demais -disse Adomi.

Ele declarou que 1,7 milhão de pessoas entraram irregularmente no país nos últimos 20 anos. Adorno explicou que esse número é "equivalente à população

[das cidades] de La Matanza ou Tucumán", afirmando que diversos governos têm sido "muito permissivos" mesmo com aqueles que chegam legalmente. Segundo o censo argentino de 2022, Paraguai, Bolívia e Venezuela lideram a lista de nacionalidades no país.

## MINORIANAS PRISÕES

Ainda segundo Adomi, "qualquer pessoa condenada a menos de três anos de prisão pode entrar na Argentina, incluindo imigrantes que vêm para usar serviços públicos gratuitos, que não contribuíram para o financiamento com seus impostos".

De acordo com o porta-voz, dos 4.300 estrangeiros presos no último ano e meio na capital, 40% foram por roubo e furto. Em 31 de dezembro de 2023, a população carcerária da Argentina era de 111.967 pessoas, segundo dados do Sistema Nacional de Estatísticas de Execução de Penas (SNEEP). Estrangeiros representavam 6% do total (6.644), sendo 4% oriundos de países vizinhos e do Peru: 1.923 paraguaios, 905 bolivianos e 857 peruanos.

-Devemos acolher aqueles que estão dispostos a colaborar dentro da estrutura da lei e expulsar aqueles que a infringem - comentou Adorni, concluindo, ecoando o lema do presidente americano, Donald Trump: -E hora de honrar a História e fazer a Argentina grande novamente.

## MURO COM A BOLÍVIA

Em medidas convergentes, Milei anunciou em janeiro um plano para a construção de um muro na fronteira com a Bolívia, com a possibilidade de alcançar o trânsito com o Brasil. O "cercamento perimetral"

- como foi chamada a estrutura de contenção em documentos oficiais -deve ser erguido no município argentino de Aguas Blancas, no extremo norte, na fronteira com a Bolívia.

Uma convocação de licitação para a construção do muro foi publicada no Boletim Oficial (publicação equivalente ao Diário Oficial no Brasil) da província de Salta. De acordo com o jornal argentino La Nación, a estrutura teria apenas 200 metros de comprimento

- uma medida ínfima perto dos mais de 700km de

fronteira entre os países.

A Bolívia condenou a ideia, dizendo que ela "pode afetar a boa vizinhança e a coexistência pacífica", e que "questões de fronteira devem ser abordadas por meio de mecanismos de diálogo bilateral estabelecidos entre os Estados para encontrar soluções coordenadas".

ComLaNación

Brasileiros podem ser afetados

Quase 15 mil estudantes brasileiros de graduação e pós-graduação podem ser afetados pela reforma de Milei. Além de expulsar imigrantes em situação irregular, o governo quer permitir que as universidades públicas cobrem dos estrangeiros.

Segundo oltamaraty, mais de 90 mil brasileiros vivem na Argentina em 2023, sendo que 23 mil estão matriculados em universidades públicas (14,1 mil) e privadas (9.3 mil). Os dados fazem do Brasil o número um em estudantes estrangeiros no país, seguido pelo Peru. No total, a Argentina tem 126.589 universitários estrangeiros.

Em 2024, o governo Milei expressou pela primeira vez o desejo de mudar a política de gratuidade para estrangeiros. Agora, as instituições públicas "poderão cobrar por seus serviços", se desejarem, "respeitando a autonomia universitária".

Hoje, programas de graduação são gratuitos na maioria das universidades estatais, e a presença de estrangeiros é vista como sinal de qualidade. Além de influenciar os rankings globais de educação. Integrantes do governo brasileiro avaliaram que não deve haver retaliação. (Amanda Scatolini)

**Site:**

**<https://infoglobo.pressreader.com/search?query=cbb&newspapers=e610&hideSimilar=1&type=3&state=4>**

# Investimento depende de quadro fiscal

**Anais Fernandes, Gabriel Roca e Laís Godinho De São Paulo**

O Brasil precisa encaminhar seus problemas fiscais se quiser atrair investimentos, afirmaram executivos do mercado financeiro que participaram da segunda edição do "Summit Valor Brazil-USA", realizado ontem em Nova York.

Apesar de o Brasil ser uma das maiores economias do mundo, com mercados financeiros sofisticados, a questão fiscal ainda é um grande problema para atrair investidores, afirmou Jorge Amato, chefe de estratégia para investimento na América Latina do Citi. "É difícil ganhar dinheiro nessa economia. O investidor estrangeiro quer previsibilidade, alguma capacidade de projetar investimentos no longo prazo. Essa inabilidade do Brasil em estabilizar as expectativas fiscais é, na minha opinião, o maior problema."

O painel foi moderado por Flavia Barbosa, editora executiva dos jornais "O Globo" e "Extra".

Para Amato, os avanços que o Brasil fez nos últimos anos não foram suficientes para tornar a bolsa brasileira atrativa. E os mercados, disse, atuam como uma espécie de órgão de controle. "O mercado vai punir as decisões erradas. Isso é um componente crítico para o sistema. E eu espero que continue acontecendo, porque obriga o governo a agir. Você precisa jogar dentro do que o mercado e os investidores esperam", afirmou.

Segundo Alexandre Bettamio, co chefe global do banco de investimentos do Bank of America (BofA), poucos países, hoje, querem comprar real porque a moeda se desvaloriza, já que não há responsabilidade fiscal. Para ele, o Brasil não é uma opção de investimento atualmente, não está no "jogo grande", afirmou. "Vale menos de 1% das bolsas mundiais. No MSCI, que mede países emergentes, somos 4% da alocação, já fomos 20%. Temos um longo caminho para perseguir."

Com o potencial "a favor extraordinário" que o país tem, é "absurdo" o Brasil não ter "selo de qualidade",

disse Bettamio, em referência ao grau de investimento de agências de classificação de risco. O Brasil tem atrativos como os setores de tecnologia, o agronegócio e as commodities, mencionou, mas precisa fazer o "dever de casa" com "seriedade, persistência e pragmatismo" se quiser capturar investimentos. "Se não fizermos o dever de casa,

nenhum investidor vai olhar para a gente", disse. "Se não tivermos reformas, não vamos sair de onde estamos, vamos ficar patinando."

Para Martin Escobari, copresidente e chefe de global growth equity da General Atlantic, a solução "é austeridade fiscal e aumentar impostos dos ricos", afirmou. "Politicamente é difícil, mas talvez aconteça."

Bettamio disse acreditar que há outras formas de o Brasil fazer o ajuste fiscal que não pelo aumento de impostos. "Nossas competências são muito fortes, só tem de ter a vontade política", afirmou, acrescentando que o "custo político não é tão alto" de se fazer reformas, já que há "muitas despesas ineficientes no governo".

O compromisso com a estabilidade fiscal deve ser prioridade para países da América Latina de modo geral avançarem, segundo Amato, do Citi. Ele disse acreditar que, se as medidas de controle da inflação do presidente argentino, Javier Milei, funcionarem, isso pode influenciar outros países. "Eu me sinto esperançoso de que, se o experimento na Argentina funcionar, talvez haja um movimento de contágio", afirmou.

Segundo Amato, os Estados Unidos estão tentando criar uma reorganização do ambiente global, e a América Latina precisará navegar nessa nova economia bifurcada entre EUA e China. Se a equação tarifária ficar resolvida, o ano ainda pode ser "muito positivo" para mercados, disse Bettamio, do BofA. Os 90 dias que foram dados para negociação entre os países, por exemplo, já criaram "um ambiente de muito mais tranquilidade", afirmou.

Escobari também apontou que o Brasil está diante de uma das maiores revoluções tecnológicas dos últimos tempos e não pode perder a oportunidade de se inserir nesse contexto. Segundo ele, a inteligência artificial é um desenvolvimento mais importante do que a criação dos computadores, da internet móvel e das tecnologias de armazenamento em nuvem, se equiparando à chegada da eletricidade. "É a quarta revolução tecnológica da nossa vida, e é a mais importante. Nas últimas três revoluções, o Brasil chegou atrasado porque não tinha infraestrutura e pouco capital para investir. Nessa, o Brasil não está atrasado. Porque já tem infraestrutura digital e ela é barata", afirmou.

Escobari disse ver "uma agressividade muito grande

do empresário brasileiro para abraçar o uso da tecnologia". Ele se classificou como um "eterno otimista" com o Brasil e brincou ao afirmar que seus concorrentes terem deixado de olhar o país com atenção é "uma ótima notícia".

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188195?page=22&section=1>**

# Ata do Copom amplia divisão no mercado sobre ciclo de alta da Selic

**DANIEL TOZZI MENDES ANNA SCABELLO**

O mercado financeiro está dividido sobre os próximos passos da política monetária pelo Banco Central. Levantamento do Projeções Broadcast depois da divulgação da ata da reunião de maio do Comitê de Política Monetária (Copom) mostra que, entre 41 instituições (bancos, gestores e consultorias) consultadas, 21 apostam em uma nova alta da Selic na reunião de junho, de 0,25 ponto, enquanto outras 19 instituições esperam a manutenção do juro básico em 14,75% no próximo encontro.

Uma casa disse esperar alta de 0,5 ponto.

Desde setembro do ano passado, quando o Projeções apontou o placar de 23 a 18, o mercado não ficava tão dividido sobre as decisões futuras do BC.

Agora, as medianas indicam Selic de 15% nas reuniões de junho, julho, setembro e novembro, ante estimativa de 14,75% para esses encontros na pesquisa anterior. Também houve elevação da mediana das expectativas para a Selic no fim deste ano, de 14,75% para 14,88%.

Na avaliação de analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, a ata da reunião deste mês deixou as portas abertas tanto para uma nova alta na Selic em junho quanto para a manutenção da taxa no nível atual. Parte do mercado entende que o documento reforçou as indicações de que o BC pretende parar o quanto antes o ciclo de aperto monetário. Esse grupo vê na expressão "o BC se manterá atento" uma leitura de fim de ciclo.

Outra parcela, porém, vê que a ata recolocou na mesa a chance de nova alta em junho, ao sinalizar que ainda não há consenso no colegiado de que o balanço de riscos para a **inflação** é neutro.

Para esse grupo, a ata projeta um cenário bastante duro para os preços. Além do ambiente externo adverso, a ata diz que, no cenário doméstico, "o conjunto de indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho ainda tem apresentado dinamismo", embora se observe uma "incipiente" moderação no crescimento.

Na ata, o BC também destaca que o "ambiente

externo mostrase particularmente incerto em função da conjuntura e da política econômica dos Estados Unidos, principalmente acerca de sua política comercial e de seus efeitos". A esse cenário de incertezas, soma-se agora na balança de dados com que trabalham os analistas as incertezas com relação ao acordo de redução de tarifas entre Estados Unidos e China, que podem levar a mudanças de cenários até a próxima reunião do Copom, em junho.

Esse fato novo, aliás, já levou os economistas do Bradesco a reavaliarem suas projeções. Eles, que depois da reunião na semana passada viam o ciclo de alta de Selic encerrado, agora dizem que a "diminuição da intensidade do choque global com o acordo entre EUA-China", aliado a possíveis dados mais robustos da atividade doméstica, "podem levar o BC a reavaliar o cenário".

Novo elemento

A trégua acertada entre EUA e China na guerra tarifária é um fato novo no cenário de incertezas

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A trégua entre Estados Unidos e China - CELSO MING

**CELSO MING**

Celso Ming COMENTARISTA DE ECONOMIA

Atrégua comercial provisória entre Estados Unidos e China, assinada nesta segunda-feira, produziu grande alívio na economia global, mas não eliminou as incertezas. Ao contrário, acrescentou outras.

O prazo de 90 dias - para que tudo seja novamente revisto - deixa a espada pendurada no alto por um fio de teia de aranha.

A qualquer momento poderá despencar de lá e provocar o estrago anterior.

Mais do que isso, não se sabe que tipo de concessões o governo Trump pode ter arrancado ou ainda vai arrancar do governo Xi. Passou a exigir que a China importasse mais petróleo e cereais dos Estados Unidos e, assim, cortasse fornecimentos de outras procedências, inclusive do Brasil? Ou impôs a compra de títulos do Tesouro (treasuries) na recomposição futura das reservas da China? Que outros pleitos colocou sobre a mesa na área cambial, nos investimentos da China em outros países, especialmente na nova Rota da Seda, na produção de chips, microprocessadores e componentes eletrônicos, no desenvolvimento da Inteligência Artificial ou, ainda, no fornecimento de ímãs de terras raras para os Estados Unidos?

Há quem suponha que, na condição de experiente negociador, Trump tenha optado pela tática do seu feitio: tenha se dedicado inicialmente a amedrontar seus parceiros comerciais para que, num segundo momento, obtenha as concessões desejadas. Outros imaginam que a encrenca fiscal dos Estados Unidos e o forte momento de rejeição dos treasuries e a derrubada das cotações do dólar que se seguiu ao tarifaço levou Trump a certo recuo, porque temeu pela redução do interesse pelo dólar, como moeda global de reserva.

No primeiro caso, se o tarifaço prevalecer, seu custo será em **inflação** e em desaceleração da atividade econômica mundial.

No segundo, trata-se de uma política contraditória. Ou seja, uma rejeição por ativos em dólares com objetivo

de formação de reservas tenderia a valorizar o dólar. E, no entanto, se pretende aumentar as exportações e trazer de volta a manufatura industrial, o governo Trump teria de favorecer certa desvalorização do dólar.

Enfim, as incertezas não só persistem como as novas condições produzem outras mais. Parece improvável que grandes empresas tenham elementos confiáveis para decidir por investimentos dentro ou fora dos Estados Unidos. É uma paralisia que tende a persistir por mais de 90 dias, o prazo de validade declarado do novo acordo entre Estados Unidos e China.

Essas incertezas pairam também sobre a economia brasileira, objeto de nova análise nesta sexta-feira. I

#### **Notícias Relacionadas:**

O LIBERAL - BELÉM - PA  
A trégua entre Estados Unidos e China

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O enigma Trumpeas teses do fim do mundo - NELSON NIERO

## NELSON NIERO

Nelson Niero é editor de S.A. do Valor Econômico.

E-mail [nelson.niero@valor.com.br](mailto:nelson.niero@valor.com.br)

A guerra das tarifas, além do rebuliço espetacular no mercado financeiro, foi responsável por alguns efeitos colaterais curiosos, como a reabilitação do termo "livre-comércio", que até há pouco tempo só podia ser usado em contextos pejorativos entre os bem-pensantes.

Nestas poucas semanas desde o "Dia da Libertação", quando Donald Trump, qual um Moisés da avenida Pensilvânia, apresentou as tábuas dos novos mandamentos do comércio mundial, keynesianos radicais foram buscar argumentos com Milton Friedman e a Escola de Chicago tomou o lugar da sua congênere de Frankfurt nos debates com progressistas que anunciam o fim do mundo como conhecemos.

Em dois artigos, publicados no mesmo dia por este jornal, dois professores de Harvard - instituição que trava uma guerra particular com o governo por causa dos subsídios - criticaram duramente Trump. O primeiro pediu ajuda a Adam Smith para fustigar o "mercantilismo" do presidente enquanto o segundo declarava que a democracia estava condenada nos EUA.

Mas entre todos os muitos profetas do apocalipse trumpiano nenhum ousou tanto quanto um líder sul-americano que, entre uma reunião e outra com autocratas amigos em Moscou, disse a seguinte pérola à revista "The New Yorker", queridíssima da elite radical chique: "Sou de uma geração que aprendeu na década de 1980, por meio de Reagan e Margaret Thatcher, que a melhor coisa para o mundo era a globalização e o livre-comércio. Os produtos deveriam circular livremente pelo mundo. O dinheiro deveria circular livremente pelo mundo". Não resta dúvida de que o planeta está mesmo de ponta-cabeça, como mostra fidedignamente o mapa do presidente do IBGE.

O fogo não veio só dos inimigos declarados. O investidor Bill Ackman, que apoiou ativamente Trump na campanha presidencial, foi um crítico contundente de primeira hora das medidas antiliberais. Dias depois, quando o governo americano anunciou uma pausa de

90 dias para países que não retaliaram, Ackman disse que era preciso fazer a mesma coisa com a China.

Foi exatamente o que aconteceu no último fim de semana, com o início das negociações entre os dois países em Genebra e anúncio na segunda-feira de um acordo para reduzir as tarifas por um período inicial de 90 dias. Os mercados globais comemoraram, os preços voltaram para onde estavam antes da hecatombe e os investidores já começam a olhar para aquele dia fatídico como um "ponto de entrada" perdido para quem não teve sangue frio e fugiu com a manada, o que fez o "índice de medo", o VIX, da bolsa de Chicago passar dos 30% de alta. Já seguidores da máxima "compre aos sons dos canhões e venda ao som dos violinos", atribuída sem confirmação ao banqueiro Nathan Mayer Rothschild, fizeram fortuna. A ação da Nvidia, que seria uma das maiores vítimas do tarifaço, atingiram o pior preço em vários meses, US\$ 94, dias depois do anúncio. Ontem, a fabricante de chips estava no patamar de US\$ 134, novamente a segunda maior empresa dos Estados Unidos por valor de mercado depois de superar a Apple no dia anterior.

Goldman Sachs e J.P. Morgan, que previram alta de **inflação** e economia em marcha à ré na esteira do anúncio das tarifas, vieram a público ontem dizer que as chances de recessão diminuíram consideravelmente. Não que agora tudo faça sentido e que a vida tenha voltado ao seu ramerrão habitual. Não com Donald no comando.

Haveria método por trás dessa "loucura", mesmo que ninguém tenha conseguido descobrir qual? Sem dúvida, as tarifas fazem muito mais sentido em comparação com essa conversa de golfo da América e de anexação da Groenlândia e do Canadá - que parecia ser só uma piada e acabou provocando uma reviravolta na eleição a favor do candidato de esquerda.

Mais que uma guerra de tarifas, há quem veja um colapso do modelo de comércio entre países que prevalece desde o fim da Segunda Guerra Mundial e que exportou a produção para países do então Terceiro Mundo que, hoje, são potências, especialmente a China. Trump quer suas indústrias e empregos de volta, mas todos sabem, inclusive ele, que isso não acontece de uma hora para outra.

Quem correu para ler o livro "A Arte da Negociação" (Citadel, 1987), escrito por Trump e Tony Schwartz, sabe que uma das suas estratégias é fazer um pedido que beira o absurdo para iniciar a negociação com uma margem de manobra alta. "Às vezes vale a pena ser um pouco descontrolado", diz em um trecho em que ameaça processar um banco que iria executar a hipoteca da fazenda de uma viúva. Mas ele também diz que "às vezes - não frequentemente, mas às vezes-menos é mais". No caso, o tema era a decoração de Natal do Trump Tower.

Não será fácil desvendar esse enigma, é certo, e diante da velocidade dos fatos que estamos presenciando é uma boa hora de escutar quem tem "skin in the game", como o investidor Ray Dalio, autor do presciente "Princípios para a ordem mundial em transformação" (Intrínseca, 2022).

"Não cometa o erro de pensar que o que está acontecendo agora tem a ver principalmente com tarifas", escreveu num texto no X. Para ele, estamos no limiar de grandes mudanças das regras monetária, política e geopolítica, o que ocorre apenas uma vez na vida. E no que isso tudo vai dar? Ele também não sabe. "Essa é a grande questão."

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188195?page=2&section=1>**

# Trégua tarifária abre oportunidades para o Brasil explorar nova configuração do comércio

**Alex Ribeiro De Nova York**

As incertezas provocadas pelo tarifaço de Donald Trump tiveram uma trégua nos últimos dias, abrindo uma janela para o Brasil se posicionar diante das oportunidades criadas pela nova configuração do comércio e dos investimentos globais, segundo líderes do setor público e privado presentes na segunda edição do "Summit Valor Brazil-USA", promovido pelo Valor, na quarta-feira, em Nova York.

A melhora do humor global fez o dólar cair para um patamar mais baixo, na casa dos R\$ 5,60, e cria as condições para o Banco Central tatear o fim do ciclo de aperto monetário. As expectativas se voltam agora para o con-tingenciamento de despesas do Orçamento, que será anunciado pelo governo nos próximos dias para cumprir a meta de resultado primário neste ano.

"Vamos seguir fazendo a gestão fiscal regular neste ano, bloqueando e contingenciando, porque temos que cumprir o arcabouço fiscal", disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

O "Summit Brazil-USA" teve a participação de autoridades, especialistas, empresários, CEOs e investidores dos dois países. O seminário abrigou uma pauta abrangente, com destaque para temas de impacto na relação bilateral - juros, indústria, ação climática, geopolítica, tecnologia e commodities, à luz do novo mandato presidencial de Donald Trump. O evento, realizado no The Plaza, coincide com a semana "Person of the Year", que ficou conhecida como a "semana do Brasil" na metrópole americana.

Na agenda que conduzirá a economia até 2026, quando ocorrem as eleições presidenciais no Brasil, uma das prioridades será encontrar uma solução estrutural para as despesas com precatórios judiciais. Segundo Durigan, isso envolverá atuar na origem dos problemas que geram as disputas judiciais.

Em conversas com grupos de investidores em Nova York, o secretário-executivo da Fazenda procurou dar garantias de que o governo Lula não vai se contrapor à esperada desaceleração da economia - da expansão

de 3,4% em 2024 para cerca de 2% para 2025 - com medidas de estímulos fiscais e creditícias que possam dificultar o trabalho do BC para baixar a inflação a 3%.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (podemos-PB), disse que as prioridades do Legislativo na área fiscal vão ser uma "reforma do RH" da administração do setor público e também a revisão de benefícios tributários. Essa última seria uma das alternativas para compensar a perda de receita provocada pela isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, em vez da proposta do governo de taxas contribuintes de alta renda que hoje são taxados com baixas alíquotas efetivas.

A reconfiguração do comércio criada pelas políticas protecionistas do governo americano abre uma oportunidade para o Brasil, uma economia ainda muito fechada, se integrar ao resto do mundo. "A América Latina hoje faz parte da solução, e não do problema, dos desafios globais", afirmou o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn.

Segundo ele, as vantagens comparativas da região incluem valores em comum com o mundo Ocidental, como a democracia, e oportunidades em áreas como minerais críticos e produção de alimentos - além de um mercado de US\$ 7 trilhões, com 660 milhões de pessoas.

Empresários e investidores chamaram a atenção para as oportunidades criadas pela inteligência artificial. "O Brasil é especialista em perder oportunidades, perdemos muitas nos últimos 50, 300 anos. Essa oportunidade da IA é uma que não podemos perder. A tecnologia criou muito valor nos EUA, na China, e o Brasil pode fazer muito mais", disse o fundador do iFood e CEO da Prosus, Fabricio Bloisi, vencedor brasileiro do prêmio "Person of the Year". Do lado americano, o vencedor é Dara Khosrowshahi, CEO da Uber.

"É a quarta revolução tecnológica da nossa vida e é a mais importante. Nessa, o Brasil não está atrasado. Porque já tem infraestrutura digital e ela é barata",

afirmou o copresidente e chefe de global growth equity da General Atlantic, Martin Escobari.

Num dos painéis, empresários concordaram, em linhas gerais, com a estratégia cautelosa do governo Lula em lidar com o tarifaço de Trump. Marcelo Martins, CEO da Cosan, disse que foi bom evitar um embate direto com os Estados Unidos, já que, segundo ele, o momento requer diplomacia e foco em oportunidades comerciais de médio e longo prazo. O CEO global da JBS, Gilberto Tomazoni, reconhece que a neutralidade nas relações diplomáticas é a postura correta, mas vê uma oportunidade de alinhamento com os americanos.

"É uma relação de mais de 200 anos. Não são economias completamente complementares, o que pressupõe disputas em alguns segmentos, mas há espaço para evoluirmos para estreitar parcerias com a especialização de lado a lado", disse Frederic Kachar, diretor-geral da Editora Globo e do Sistema Globo de Rádio.

"[Brasil e EUA] não são economias completamente complementares" Frederic Kachar

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188195?page=22&section=1>**